

ITAMAR: MAIS GASTOS.

28 OUT 1993 Para pagar funcionários e outros encargos

O presidente Itamar Franco solicitou ontem ao Congresso autorização para aumentar a dívida interna para pagar despesas de pessoal, encargos e outros gastos prioritários do Orçamento da União. O pedido, apresentado na forma de projeto de lei, modifica artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de julho do ano passado, que prevê a emissão de títulos somente para cobrir as despesas com amortização e rolagem das dívidas internas e externas.

Desde o final do governo Sarney, esta é a primeira vez que o Executivo poderá recorrer ao endividamento para financiar outras despesas que não a rolagem das dívidas interna e externa. "Trata-se tão somente de uma providência acautelatória", se apressou em explicar o ministro do ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko, em nota oficial divulgada no início da noite. Autor da mensagem ao Congresso, Stepanenko não agiu sozinho: a decisão foi de-



Stepanenko

fendida também pelo ministro Fernando Henrique Cardoso, que adotou posição diferente da que anunciou na entrevista coletiva de terça-feira.

Outras duas medidas foram divulgadas ontem, com o objetivo de equilibrar as contas. O Diário Oficial publicou a reprogramação orçamentária do último bimestre, que joga para o próximo ano despesas de US\$ 5 bilhões e o ministro Stepanenko

anunciou a decisão do presidente de proibir, até o próximo dia 4 de novembro, que os ministérios façam novos empenhos. O ministro Fernando Henrique Cardoso não cortou o orçamento de 1993, mas apenas adiou para o pagamento de algumas despesas de custeio e investimentos que serão realizadas em novembro e dezembro.

A proibição dos empenhos significa, na prática, que até o dia 4 ninguém pode gastar nem um centavo do orçamento para financiar despesas de custeio. A reprogramação financeira não significa, segundo técnicos da Secretaria de Orçamento e da Secretaria do Tesouro, um corte ou um contingenciamento, mas apenas um esforço para obter um "superavit de caixa" em 1993.

Ontem, Stepanenko defendeu ainda o fim da estabilidade no setor público para que o governo possa ter maior margem para o equilíbrio orçamentário no próximo ano.